



Trabalho Encomendado - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT09 – Trabalho e Educação

Crises do Capital e o recrudescimento do conservadorismo à luz do materialismo histórico¹.

Gaudencio Frigotto²

*A história se repete, a primeira vez como tragédia
E a segunda como farsa. (Karl Marx)*

Se vivo estivesse Karl Marx, por certo estaria, à luz de seu método materialista histórico, buscando desvelar o que explica o recrudescimento do conservadorismo e a(re)emergência de regimes políticos de extrema direita com políticas de natureza fascista ou neofascista e a história se repetindo como farsa. Mas viva está a sua herança de concepção de história como método e como processo.

Assim observa Eric Hobsbawm no livro Como mudar o mundo. Marx e o marxismo, 1840-2011, ao contrário dos que afirmam que o legado de Marx faz parte do passado ou da “lata de lixo da história, ele é hoje, mais uma vez, e com toda a justiça, um pensador para o Século XXI” (HOBSBAWM, 2012, p.14-15). E acrescenta: “não podemos prever as soluções dos problemas com que se defronta o mundo no século XXI, mas, quem quiser solucioná-los, deverá fazer as perguntas de Marx, mesmo que não queira aceitar as respostas dadas por vários de seus discípulos”. (ibid. p. 34)

A prova, entre nós, que o legado de Karl Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Rosa Luxemburgo é potente situa-se no fato de que o bloco de poder de extrema direita que governa o Brasil atualmente tem, no que denominam de marxismo cultural, o seu inimigo fundamental a combater. A cultura humana tosca que este bloco de poder engendra faz da estupidez, da insensatez e da insanidade humanas o seu ideário

¹Este texto resulta do trabalho encomendado do GT Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) na 39ª Reunião realizada em Niterói/RJ no período de 21 a 24 de janeiro de 2019. Esta versão inclui as contribuições mais diretamente relacionadas ao tema do rico debate que se efetivou após a apresentação. Neste sentido, agradeço a todos e todas que contribuíram no debate.

²Professor titular em Economia Política da Educação (aposentado) na Universidade Federal Fluminense (UFF), atualmente professor associado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



político e que se expressa por uma tríade de fundamentalismos que plasmam o conjunto de contrarreformas: o econômico, o político e o religioso.

É pois, mediante este legado que somos convidados a buscar a materialidade e as determinações subjacentes ao recrudescimento do conservadorismo no mundo mediante a ação política de governos de direita e extrema direita e as conseqüentes novas formas de servidão. Neste contexto, a nossa particularidade é sublinhada por Michel Löwy ao analisar o crescimento de governos de extrema direita no mundo: “Temos muitos governos de extrema direita no mundo hoje em dia, infelizmente, como [Donald] Trump, nos Estados Unidos, [Victor] Orbán, na Hungria, [Narendra], na Índia. Mas o que tem mais traços semifascistas, ou neofascistas, é o de Jair Bolsonaro”³

Quanto mais aguda for a nossa análise sobre o que está subjacente ao conservadorismo, mais potente poderá ser nossa luta política. Em Marx, como lembra Barata-Moura, a cientificidade do saber não se esgota na teoria. Por ser uma teoria que não apenas critica o sistema capitalista, mas o faz na perspectiva da sua superação, ela só se realiza na ação prática ou na práxis. É este o sentido que Marx e Engels apontam no livro *A Sagrada Família*: “As ideias não podem executar absolutamente nada. Para a execução das ideias são necessários homens que as ponham em prática”. (Grifos dos autores) (MARX e ENGELS, 2003, p.137).

Dois pressupostos orientam a análise sobre o tema, os quais servirão como eixos orientadores. O primeiro é de que o recrudescimento de conservadorismo e as práticas e políticas fascistas ou neofascistas, que lhes são inerentes, inscrevem-se na materialidade que assume a crise estrutural do capital decorrente de seu sociometabolismo. Para manter as taxas de lucro e, portanto, conter a tendência de sua queda, é preciso regredir a formas de expropriação e de exploração da classe trabalhadora cada vez mais violentas e destruir forças produtivas. O trabalho humano, sob a forma de trabalho abstrato, que constitui a forma específica de exploração capitalista que se dá no processo mesmo de produção, contraditoriamente

³ Michael Löwy. Entrevista concedida por Mayara Paixão do Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/08/19/michael-lowy-dos-governos-de-direita-bolsonaro-e-o-que-mais-tem-tracos-neofascistas/>>. Acesso em 01 de outubro de 2019.



está sob o olho do furacão e cada vez menos necessário sem, contudo, possibilitar meios de vida pelo trabalho com valor de uso.

O segundo pressuposto, que nos permite elucidar o primeiro, centra-se no fato de que o acúmulo científico e tecnológico socialmente produzido pela humanidade foi apropriado privadamente pelo capital e concentrado nas mãos de cada vez menos corporações ou grupos. Acúmulo que mantém e potencializa os saltos tecnológicos e, na sua forma atual, associa microeletrônica e informação, e altera profundamente a forma de operar com a matéria e o conjunto dos processos produtivos. O trabalho humano direto fica cada vez menos necessário. Deste modo, a ciência e a tecnologia, com a possibilidade de diminuir o trabalho necessário e gerar tempo livre, esfera preciosa da dilatação das qualidades e sentidos humanos, constituem-se em armas poderosas de violência e que se materializa em diferentes formas, contra, em última instância, o direito de viver de grandes parcelas da classe trabalhadora e, para o conjunto da humanidade, a destruição crescente da natureza, base de todas as formas de vida.

Estes dois pressupostos incidem no que o historiador Eric Hobsbawm situa como a questão crucial para ser enfrentada no Século XXI para que tenhamos futuro visível.

Se pensarmos em termos de como “os homens fazem a própria história”, a grande questão é a seguinte: historicamente comunidades e sistemas sociais buscam a estabilização e a reprodução criando mecanismos contra saltos perturbadores no desconhecido. Como, então, humanos e sociedades estruturadas para resistir às transformações dinâmicas se adaptam a um modo de produção cuja essência é o desenvolvimento dinâmico interminável e imprevisível?
(HOBSBAWM, 2010, p. 4-6)

Com base nestes pressupostos destacarei alguns aspectos teóricos e metodológicos da análise aqui proposta centrados no entendimento de que o ponto de partida para entender o processo histórico ultraconservador, em sua generalidade e em sua particularidade, são as relações sociais de produção material da existência humana. Em seguida, tratarei brevemente da ciência e a tecnologia como relações sociais, a crise estrutural do capital e seus efeitos regressivos sobre as condições materiais e subjetivas da vida humana. O terceiro ponto, a reemergência dos governos de extrema direita e suas posturas fascista e a nossa particularidade histórica de país de capitalismo dependente; e, para finalizar, o que nos interpela como pesquisadores do



campo do trabalho e a educação e como sujeitos políticos para enfrentar nosso futuro incerto e inseguro no contexto de um governo de extrema direita e militarizado.

1. Aspectos teóricos e metodológicos

O método materialista histórico se distingue das demais abordagens teóricas pelo fato de que ele mesmo resulta de um longo embate ontológico que preside as concepções epistemológicas. O primeiro vem do mundo grego até Hegel e que se centram no fato de que o destino humano se define por forças sobre as quais os seres humanos não podem intervir. Forças, fora da história, onipotentes contra as quais o ser humano nada pode fazer. Ao contrário eles são determinados por estas forças: o cosmos, as ideias, a razão, os deuses ou o deus único cristão. Aqui a metafísica, ou seja, a revelação e a crença é que interpretam o mundo humano e ao ser humano compete ajustar-se ao que é revelado.

A burguesia, como classe revolucionária, para constituir como classe dominante, como sublinha Marx na Crítica à Filosofia do direito em Hegel, teve o papel civilizatório de acertar as contas com este passado. Todavia, por não superar a pré-história da sociedade dividida em classes, estatuiu a metafísica da natureza humana e da razão desvinculadas da história. O suposto de uma natureza humana que busca o bem próprio, o útil e o agradável e de uma racionalidade, igualmente comum a todos. Disto emerge uma ontologia e referenciais epistemológicos a históricos positivistas e empiristas.

Com efeito, depois de reconhecer que a burguesia havia feito a crítica às formas sagradas da alienação, Marx nos interpela a fazer a crítica à concepção burguesa de ser humano, de conhecimento, de história, de política, de direito, de economia, de filosofia etc.:

A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é desmascarar a auto-alienação humana nas **suas formas não sagradas**, agora que ela foi desmascarada na sua **forma sagrada**. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a **crítica à religião em crítica do direito**, e a **crítica da teologia em crítica à política**. (Grifos do autor) (MARX, 2005, p.146).



Marx e Engels efetivam uma dupla superação, ontológica e epistemológica e demarcam o que conhecemos como a ciência histórica: dos seres humanos e da natureza e que constituem uma unidade diversa. “Nós conhecemos somente uma ciência singular, a ciência da história. Pode-se encarar a história em dois ângulos e dividi-la em história da natureza e em história dos homens. Os dois ângulos, são, entretanto, inseparáveis” (MARX e ENGELS, apud FERNANDES, 1983, p.31).

No plano ontológico, o entendimento de que somos um ser da natureza e quando nascemos humanos, mas nos tornamos humanos na e pela sociedade. No plano epistemológico, como o demonstra José Barata-Moura (1998), Marx efetiva o confronto e a superação do idealismo e do empirismo. O primeiro que estabelece a separação entre fenômeno e “essência” e o segundo, que estabelece a unidade entre o fenômeno e “essência” ou o real.

Contra a separação entre o fenômeno ou o empírico e “essência” ou real dos positivistas, Marx vai sustentar a sua unidade, sem o que se perde a base material ontológica. Contra a identidade entre fenômeno e “essência” dos empiristas, Marx vai sustentar a diferença de ambos na sua unidade. Essa superação efetiva-se ontológica e epistemologicamente pelo recurso à mediação (relação entre aparte e o todo), da contradição e da particularidade⁴.

E desta superação ontológica e epistemológica que se materializa o legado de Marx de acordo com seu amigo Engels a discursar ao lado do túmulo no dia do seu sepultamento e o qual se resume em duas leis históricas. Legado que tem sua centralidade na concepção da história como método e processo.

Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei⁵ do desenvolvimento da história humana: o fato, tão simples, mas oculto sob uma manta ideológica, de que o homem necessita, em primeiro lugar, de comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de poder fazer política, ciência, arte, religião etc.; de que, portanto, a produção dos meios de vida imediatos materiais durante uma época dada, forma a base sobre a qual as instituições estatais, as concepções jurídicas, a arte e inclusive as ideias sobre

⁴ Ver: Marx e a cientificidade do Saber, (BARATA-MOURA, 1997, PP. 69-148)

⁵ O sentido de lei no plano humano social, como Marx e Engels a entendem, expressa o movimento e o processo histórico que têm como fundamento a base das relações sociais econômicas, estas não como um fator, mas como aquelas que, ao longo da história, definem a forma pela qual os seres humanos respondem às suas necessidades básicas imprescindíveis. Como indica Raymond Williams, “então devemos dizer que quando falamos de ‘base’ (aspas do autor), estamos falando de um processo e não de um estado” (2011, p. 47).



religião do povo em questão têm se desenvolvido, e à luz das quais devem, por tanto, ser explicadas, em vez do contrário, como havia sido o caso até então. Mas isso não é tudo. Marx também descobriu a lei especial do movimento que governa o atual modo capitalista de produção, e a sociedade burguesa que este modo de produção tem criado. A descoberta da mais-valia iluminou o problema, que todas as investigações anteriores, tanto as dos economistas burgueses como as dos críticos socialistas, haviam estado tratando de resolver navegando no obscuro ENGELS, 1883, p. 1).

Estas duas leis históricas constituem o que Karel Kosik define como monismo materialista e que rompem como determinismo economicista mostrando que nas relações sociais de produção material da existência os seres humanos o fazem atuando politicamente.

O monismo materialista, que concebe a realidade como complexo construído e formado pela estrutura econômica, e, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na produção e no relacionamento com os meios de produção, pode constituir a base de uma coerente teoria das classes e ser o critério objetivo para a distinção entre mutações estruturais – que modificam o caráter da ordem social – e mutações derivadas, secundárias, que modificam a ordem social, sem, porém, mudar essencialmente seu caráter (KOSIK, 1986, p.105).

A lei primeira do comer, beber, ter um teto e vestir-se é necessária e imperativa condição do existir humano, portanto, antediluviana, como nos lembra Marx, e se realiza pela atividade vital do trabalho na relação entre o homem e a natureza, mediados pela experiência, pelo conhecimento, pela ciência e a tecnologia. O trabalho é categoria fundante e fundamental no que define o mundo da necessidade. E é neste sentido precisamente que ele se constitui num princípio ou pressuposto educativo desde a infância e que, sob o capitalismo, mesmo predominantemente alienado não perde sua base ontológica.

A lei segunda, a da mais-valia, define a relação social fundamental do sociometabolismo do capital sob o capitalismo. Lei que engendra em sua gênese contradições insanáveis e que conduz ao sistema capital a crises cada vez mais agudas e destrutivas, as quais se materializa na contradição entre produção, circulação e consumo produtivo.

2. *A ciência e a tecnologia como relações sociais, a crise estrutural do capital e seus efeitos regressivos sobre a vida humana*



A compreensão da ciência e da tecnologia como produtos das relações sociais (as quais desde a revolução burguesa trata-se de relações sociais de classe sob o capitalismo) é fundamental para a crítica ao fetiche da ciência e da tecnologia ou da propalada sociedade do conhecimento. Ademais, a relação social fundamental sob o capitalismo se constitui na assimetria de poder entre os que detêm privadamente os meios e instrumentos de produção com o objetivo de acumular riqueza e a classe trabalhadora que, para suprir suas necessidades básicas (comer, beber, ter um teto, vestir, locomover-se) e, a partir destas, suprir suas necessidades sociais e culturais, necessitam vender a sua força de trabalho na forma de trabalho abstrato, emprego.

Deste modo, a ciência e a tecnologia, desde a primeira “Revolução” industrial até a atual, que une microeletrônica e informação permitindo a aceleração do tempo e condensação do espaço, foram se constituindo na força produtiva fundamental na reprodução do capital. Trata-se de um processo de desequilíbrio contínuo e interminável (como lembra Hobsbawm) ditado pela competição intercapitalista e a luta capital e trabalho, que tende a substituir na atividade produtiva o trabalho vivo (força física e mental dos trabalhadores) em trabalho morto (máquinas, computadores, robôs etc.).

Já nos manuscritos de *Grundrisse*, Marx assinalava que a ciência se constituía na força produtiva por excelência e, sob o capital, se tornava uma arma e um tormento contra o trabalhador.

A máquina, triunfo do ser humano sobre as forças naturais, converte-se, nas mãos dos capitalistas, em instrumento de servidão de seres humanos a estas mesmas forças [...]; a máquina, meio infalível para encurtar o trabalho cotidiano, prolonga-o, nas mãos do capitalista [...]; a máquina, varinha de condão para aumentar a riqueza do produtor, empobrece-o em mãos do capitalista (MARX, apud PARIS, 2002, p. 235).

O que o processo histórico sob o capitalismo mostra é que aqueles capitalistas ou corporações que se valem de uma tecnologia que lhes permite em menos tempo e com menos pessoal produzir mais, lhes dá vantagens na competição com os demais capitalistas e lhes permite instaurar novas formas de organização e gestão do trabalho e aumentar seus lucros. A tendência dos demais competidores privados é a de também galgar este mesmo nível.

A esse processo o economista Austríaco Joseph Schumpeter (1961) denominou de “destruição criadora” propulsora do desenvolvimento. Todavia, se o capitalismo tem



tal virtude, esta engendra contradições que o conduz a crises cada vez mais agudas. Esta “virtude” expõe a contradição central deste sistema. Uma parcela cada vez menor da sociedade concentra privadamente a maior parte da propriedade, incluindo o patrimônio da ciência e da tecnologia, e que lhes faculta apropriar-se cada vez mais da produção do trabalho social.

Trata-se de um sociometabolismo que tem, como vimos, na sua natureza estrutural a crise, e crises cada vez menos sanáveis. Deste modo, as crises que até a segunda metade do século XX eram cíclicas se localizavam num espaço e atingiam determinadas esferas da vida. Agora, como analisa o filósofo Istvan Mészáros (2002), elas são universais, no sentido de que atingem todas as esferas da vida – emprego, saúde, educação, cultura, meio ambiente; são globais, no sentido de que embora seus efeitos sejam diversos em diferentes regiões, um problema numa região ou país se reflete nas demais regiões e países; e não mais cíclicas, mas contínuas e cada vez mais agudas. Para Mészáros, isso leva a um “sistema de produção destrutivo” de direitos, do emprego, trabalho digno, da saúde, da educação, da habitação, da cultura, da ética e afeta as bases da vida⁶.

De modo crescente, a tecnologia tem diminuído a atuação direta da força humana na produção, destruindo empregos e não repondo na mesma proporção e com os mesmos direitos. Para Elmar Alvaer (2012) o emprego que cresce mais no mundo é o ilegal e do crime. As novas tecnologias digitais de inteligência artificial, cada vez mais concentradas em poucas corporações econômicas e financeiras ou por indivíduos na área de serviços destroem e incorporam concorrentes aumentando a concentração, agravam a crise estrutural e estabelecem uma concorrência entre os próprios trabalhadores.

Essas novas tecnologias atingem todos os setores de produção. Um exemplo no setor agrário é a introdução de robôs no processo de ordenhar as vacas. Pequenos e médios produtores que não conseguem alcançar esse patamar são impelidos a abandonar esta atividade. Entretanto, mais do que no âmbito agrícola e industrial, as novas tecnologias digitais e de inteligência digital têm sido a chave para tornar milionários no setor de serviços: bancos, corporações de alimentos e, especialmente, aplicativos que produzem um exército crescente de trabalho precário, super explorado e sem regulamentação e,

⁶ Para um aprofundamento sobre as crises e contradições do capitalismo dois livros de David Harvey (2011 e 2018) são fundamentais.



portanto, sem direitos e proteção. Esse fenômeno de indivíduos bilionários atinge de modo frontal a natureza da relação capital e trabalho e, como veremos no próximo item, elege presidentes de países ou financia campanhas de quem lhes interessa.

Exemplos como os da *Amazon*, que não tem base física e explora trabalho em todo o mundo, e faz com que Jeff Bezos detenha uma fortuna de 112 bilhões de dólares. A *Apple* tem valor de mercado de mais de 90 bilhões. Outros exemplos são a *Uber* e as corporações de *fast-food* que criam o trabalho intermitente em que o trabalhador só é remunerado pelo tempo que é solicitado a trabalhar. Essa tendência está contaminando todas as áreas de serviços como as áreas da educação e da saúde.

O sociólogo Ricardo Antunes em livro deste ano – *O privilégio da servidão, o novo proletariado de serviços na era digital* – analisa esta realidade para o caso brasileiro. Trata-se de uma realidade extremada, em especial depois do golpe de Estado de 2016 e as políticas destrutivas de direitos do governo Bolsonaro. A tese cínica que se difunde e se busca naturalizar é a da carteira “verde e amarela” cuja máxima é: ou o emprego ou o direito. As contrarreformas feitas ao longo dos anos 2016 a 2019, e o encaminhamento da contrarreforma da previdência que acaba de ser aprovada, se apoiavam na tese de que isso iria retomar o crescimento e o emprego. Os dados desmentem frontalmente esta tese, pois, ao contrário, o desemprego aumentou, bem como os empregos que são contabilizados estão especialmente no aumento do trabalho informal.

De acordo com o IBGE, com dados de 2019, o Brasil tem aproximadamente 105 milhões de trabalhadores na ativa, dos quais 38,6 milhões estão no mercado informal. Isto representa 41% das forças de trabalho. Se somarmos 12 milhões de desempregados, temos metade da força de trabalho. Isto se reflete no aumento da desigualdade. Como mostra o economista liberal Thomas Piketty (2014), nos últimos anos a desigualdade cresceu em todos os países. Entretanto, ele não faz uma análise de que isto se deve ao sociometabolismo do capital. Sua preocupação é como salvar o capitalismo, como ele mesmo indica.

O uso da violência, da guerra, da destruição de forças produtivas tem sido a estratégia do capital para enfrentar as suas crises contra a tendência de diminuir seus lucros. Hobsbawm explicita esse caráter destrutivo em seu livro, *Era dos extremos: o breve Século XX (1914-1991)*. O capital, ao longo da existência do socialismo real, pode ser



regulador e o sistema capitalista fruiu de sua era de ouro, como sublinha Hobsbawm. A derrocada do socialismo, ao contrário do que a ideologia dominante propalou, não evidenciou que a sociedade correspondente à natureza humana era capitalista, mas sim aprofundou a crise estrutural do próprio capitalismo.

A violência potencializa, no presente, velhas e novas formas. O capital imperialista, capitaneado pelos Estados Unidos, não abandona a guerra convencional contra nações e povos que não se alinham aos seus interesses ou que buscam nestas nações o domínio de matérias-primas cada vez mais escassas.

Mas, acresce hoje, facilitado pela concentração das tecnologias de informação, o que vem sendo denominado de Guerras Híbridas. É neste contexto que surgem novas formas de dominação e de violência que se materializam pela reemergência de governos, como degovernos de direita ou extrema direita, dado o caso do Brasil.

Como analisa Noam Chomsky, referindo-se à dominação do imperialismo norte-americano, a violência e o medo constituem-se, atualmente, de estratégia de controle sobre o mundo: “es que la violencia es en efecto un poderoso instrumento de control. La historia así lo demuestra, pero los dilemas de la violencia no son insignificantes y debiéramos entenderlos en toda su complejidad” (CHOMSKY, 2004, p. 35).

3. A reemergência dos governos de extrema direita e a nossa particularidade histórica.

Aquilo que Noam Chomsky aponta no parágrafo acima permite, há quinze anos, perceber as razões pelas quais o sistema capital para manter-se necessita da reemergência de governos de direita e de extrema direita que utilizam diferentes modos de violência como forma de controle. A obra recente de Andrew Korybko sobre Guerras híbridas – das guerras coloridas aos golpes é talvez o primeiro trabalho publicado que nos fornece elementos para entender a nova estratégia do capital imperialista capitaneado pelos Estados Unidos da América do Norte (EUA). Tratam-se de novas estratégias destrutivas, inauguradas no início do século XXI pelos EUA, na disputa geopolítica do mundo. Chama-se híbrida não porque elide guerras convencionais, mas pelo que seu custo material e político busca promover, inicialmente, manifestações internas em países onde os governos não se alinham à política dos EUA.



O caso do Brasil, Venezuela e, recentemente, Bolívia se enquadram nesta estratégia, mas que não foi analisada por Korybko que trata do Leste Europeu. A expressão repetida por Trump e por seu testa de ferro, o presidente do parlamento Venezuelano Juan Guaidó, no caso da Venezuela de que todas as alternativas estavam na mesa tipifica a mescla de estratégia dos golpes: organização de protestos crescentes internos para derrubar governos, criação de milícias internas, bloqueio econômico e, em último caso, a guerra convencional, após avaliar as possibilidades reais de sucesso. Entretanto, o caso da Venezuela também é exemplar para entender as razões de que até o momento a estratégia não deu certo e que o uso da guerra convencional está descartado.

É neste particular que as mesmas tecnologias de informação que produziram as maiores fortunas do mundo, nas últimas décadas, são as mesmas para eleger governos de extrema direita. Há duas décadas Eric Hobsbawm se perguntava como o extraordinário volume de riqueza na mão de indivíduos iria influenciara política, mas já apontando como isto se efetivava nos EUA.

Nos estados Unidos, já vimos que indivíduos particulares podem, com seus próprios meios, tanto financiar suas próprias campanhas à presidência como influenciar decisivamente na campanha de outros. Hoje, os ricos podem fazer aquilo que antes estava ao alcance apenas de grandes organizações coletivas. Não tenho certeza de que entendemos plenamente todas as implicações desse fenômeno (HOBSBAWM, 1999, p 100)

Certamente, vinte anos depois temos elementos mais claros de como ocorre, mas não da mesma forma e com as mesma consequências. Processadores, cada vez mais potentes, possibilitam traçar o perfil de diferentes grupos e, pela técnica do algoritmo, manipular e estudar que tipo específico de bombardeio de informação emitir. Com isso, elege-se governantes sem vínculo orgânico com partidos e mesmo sem apoio da mídia tradicional e de formadores clássicos de opinião..

Em recente texto sobre *Geopolítica da pós-verdade: a informação na era das fake News*, Inácio Ramonet (2019) analisa brevemente as eleições de Trump e de Bolsonaro. Para analisar o caso Trump o autor parte de seguinte questão: “como uma pessoa atacada pelos meios hegemônicos pôde ganhar as eleições?” (2019, p. 119). Em seguida, mostra que Trump tinha contra si todos os maiores canais de televisão, o capital financeiro, intelectuais, formadores de opinião etc. “Trump fez sua campanha sem dar nenhuma entrevista à televisão. Ele dizia e segue dizendo o que muitos críticos da mídia dizíamos



há tempos, só que de uma maneira brutal: ‘A mídia e a imprensa são inimigas do povo’.
(Ibid, p.121.)

Bolsonaro tão pouco de entrevistas às redes de TV e esnobou e criticou a Rede Globo. Uma campanha contra a “velha política”. Poderíamos nos perguntar: como um capitão desprovido de cultura humana e de perfil político e social tosco, violento e do baixo clero no congresso pôde se tornar presidente? Ramonet mostra que Bolsonaro “utilizou agências de ciberguerras para infiltrar no *WhatsApp* (uma rede muito difundida no Brasil, com mais de 120 milhões de usuários)” (Ibid, p.119)

Uma série de empresas, sublinha Ramonet, investiram milhões de dólares para divulgar massivamente mensagens em favor de Bolsonaro e notícias falsas em relação a Fernando Haddad. Em ambos os casos se utilizou os chamados influenciadores que tem muitos seguidores. Para caracterizá-los, Ramonet cita o livro *Um homem sem qualidades* de Robert Musil (2006).

O que se veicula não são fatos, mas manipula-se o emocional e sem compromisso com a verdade histórica. Cada um pode produzir a sua verdade. Os fatos não contam ou são manipulados. Neste particular cabe sinalizar que o que se cunhou como pós-verdade na origem mais remota se afirma no relativismo absoluto para o qual a verdade é de cada um e, no vínculo mais imediato, a pós-verdade derivado pós-modernismo. Este, Frederic Jameson (1966), o denomina de a cultura do capitalismo tardio. Tardio no sentido de que esgotou o pouco que teve de civilizatório. Ao relativizar as estruturas de poder e as análises estruturais não só relativizavam a verdade histórica, mas deslocavam-na à particularidade das narrativas. Mas aqui também vale a advertência de Jameson. Não se trata de celebrar a pós-modernidade e, agora, a sua prima ou filha, a pós-verdade. Trata-se de desvelar a materialidade histórica que a constitui. De imediato há uma diferença central entre o relativismo absoluto, a pós-modernidade e a pós-verdade. Os dois primeiros tinham como referência a disputa sobre a verdade, enquanto a pós-verdade tem sua gênese e se afirma na manipulação intencional e na mentira.

A questão sobre nossa particularidade centra-se no desafio de desvelar nosso processo histórico que nos conduziu a um governo de extrema direita e que tem um caráter destrutivo mais violento da ditadura Vargas e, em especial, a da ditadura empresarial militar de 1964. E o que define a extrema direita da direita na tipologia?



Noberto Bóbbio em seu livro *Direita e esquerda. Raízes e significados de uma distinção política* (1994) ocupa-se longamente sobre o que distingue a esquerda socialdemocrática, esquerda revolucionária e a direita. Todavia, ao distinguir a direita da extremadireita, sobre esta última é sintético e a situa no terreno histórico do nazismo, na Alemanha e do fascismo, na Itália.

No espaço e propósito deste texto apenas destaco três aspectos como elementos indicativos para pensar o tempo histórico que nos atormenta sob o governo Bolsonaro. Um governo que, como vimos na parte introdutória, Michel Löwy o define como de extrema direita e o que mais apresenta traços neofascistas. O primeiro, de natureza mais geral, o olhar do historiador Mark Bray destaca cinco lições para antifascistas: as revoluções fascistas nunca tiveram sucesso; os fascistas chegaram ao poder por vias do voto; muitos líderes e teóricos do entre guerras não levaram o fascismo a sério até ser tarde demais; as lideranças socialistas e comunistas foram mais lentas do que suas bases para compreender a ameaça do fascismo; o fascismo rouba da ideologia, da estratégia, do imaginário e da cultura da esquerda; e, finalmente, que não são necessários muitos fascistas para instaurar o fascismo⁷.

O segundo aspecto refere-se a alguns elementos estruturais que forjaram uma classe dominante brasileira que cultiva, de forma explícita ou dissimulada, um tecido social fecundo para o salto regressivo que estamos submetidos em todos os âmbitos da vida social. Pensadores como Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira e Carlos Nelson Coutinho, com aportes específicos e nem sempre concordantes, nos dão o fio desta continuidade.

Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), nos mostra que os que nos colonizaram eram aventureiros e não tinham objetivo de formar uma nação. Isto contribuiu para a constituição de uma classe dominante patrimonialista, clientelista e nepotista, sem compromisso com a institucionalidade. O seu autoritarismo é dissimulado pela cordialidade.

⁷ Ver: BRAY, Mark. *Cinco lições para antifascistas*. Disponível em: <<https://revistaserrote.com.br/2018/03/cinco-licoes-de-historia-para-antifascistas-por-markbray>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.



Caio Prado Junior, ao analisar nossa gênese histórica no livro *A Revolução Brasileira* (1966), indica que somos uma formação social determinada desde fora e forja uma classe dominante que opta pela cópia, o endividamento.

Florestan Fernandes (1973 e 1974) em suas análises sobre nossa particularidade histórica mostra-nos que nunca tivemos uma burguesia nacional, mas uma burguesia brasileira que historicamente se associa aos centros hegemônicos do capital, e conformaram uma sociedade de capitalismo dependente de desenvolvimento desigual e combinado⁸ que concentra a riqueza e amplia a desigualdade. Por outro lado, uma burguesia que sempre conservou a marca de autocrática.

Francisco de Oliveira (2003), por sua vez, traduz no texto com a metáfora do ornitorrinco o resultado de nosso processo histórico com as marcas acima assinaladas por Sergio B. de Holanda, Caio Prado Junior e Florestan Fernandes. Um processo onde atraso e moderno fazem parte da mesma equação de uma classe dominante que produz a miséria e se nutre dela. Uma classe anti nação, anti povo, anti educação universal e de qualidade que, portanto, nunca teve em seu projeto investimento em ciência e tecnologia de marca original.

Mas Oliveira, em sua tese sobre o Antivalor (1968) nos dá uma chave importante para entender o motivo pelo qual os estados nacionais são fundamentais atualmente na reprodução do valor e na manutenção da financeirização. O caso brasileiro da Emenda Constitucional nº95, contrarreformas do trabalho, previdência e da educação explicita o caso extremo uso privado do Estado para o capital. Mas, como ele mesmo sublinha, o controle e manejo do fundo público podem desenhar novas formas de futuro.

Por fim, Carlos Nelson Coutinho (2014), à luz das análises de Antônio Gramsci, mostra-nos as estratégias de um processo de modernização conservadora. Coutinho, mediante as categorias de bonapartismo, transformismo e revolução passiva, mostra como a classe dominante brasileira reitera sua estratégia de dominação e de modernização conservadora.

Esses traços particulares de nosso processo histórico iluminam o fato das reiteradas rupturas institucionais, por ditaduras ou golpes de Estado que nos limitam

⁸ Ver sobre essa temática: Michel Löwy (1996).



atésermos uma nação capitalista competitiva. **O jurista Fábio Konder Comparato (2016) caracteriza a postura da classe dominante como marcada pela dialética da dissimulação. Esta mesma ideia, em forma mais sintética, a desenvolve em entrevista na qual afirma existir desde a Constituição de 1824 até a atual, duas constituições. Uma oficial que incorpora demandas populares e, a outra, “subliminar” que é a que efetivamente funciona e que busca anular estas mesmas demandas⁹.**

Lefebvre, com base na análise de Marx sobre os limites da burguesia e seus intelectuais para entender e perceber os problemas que criam para eles mesmos no processo histórico, destaca:

São os limites de uma época – de uma classe – mais que o egoísmo deliberado ou uma ‘mentira de classe’ que explicam os limites das ideias; não existem ‘verdades de classe’; há apenas a ‘verdade’, o ‘conhecimento objetivo’, que o pensamento humano atinge por tentativas, por ‘aproximações sucessivas’. E o grau desta aproximação é definido pelo tempo e pelo lugar, pela classe dominante, pelos seus limites sociais. A verdade e o conhecimento objetivo continuarão incompletos, ‘abstractos’ e ‘unilaterais’, enquanto uma classe, historicamente, não tiver senão objetivos limitados, aspirações e fins restritos (LEFEBVRE, 1966, p.45).

O que se reitera desde a abolição da escravidão, quando a classe dominante correr riscos em seus privilégios e suas estruturas de poder, é o apelo ao risco do socialismo e do comunismo os quais eliminariam a religião, destroçariam a família e acabariam com a liberdade e a propriedade. Percebendo tendências abolicionistas nos quadros de poder da monarquia, Alencar advertia sobre o que, com a abolição, poderia ocorrer:

Tolerado semelhante fanatismo do progresso, nenhum princípio social fica isente de ser ele atacado mortalmente ferido. A mesma monarquia, senhor, pode ser varrida para o canto entre o cisco das ideias estritas e obsoletas. A liberdade e a propriedade, essas duas fibras sociais, caíram desde já em desprezo ante os sonhos do comunismo (grifos nossos) (ALENCAR, apud DA SILVA, 1918, p. 57)

Estes argumentos de cunho moral estiveram presentes no processo que antecedeu a ditadura Vargas; nos processos que desembocou na ditadura de 1964, nas várias eleições em que o Partido dos Trabalhadores disputou o segundo turno, inclusive e de forma enfática, no segundo turno entre Fernando Haddad e Jair Bolsonaro.

⁹ Ver: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/578166-num-brasil-de-duas-constituicoes-concomitantes-a-democracia-e-incompleta-entrevista-especial-com-fabio-konder-comparato>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.



Ao longo de nossa história, as ideias e práticas fascistas estiveram presentes, como mostra a coletânea organizada por Natália dos Reis Cruz (2012). Nesta coletânea, um grupo de jovens historiadores aborda diferentes ângulos destas ideias e práticas fascistas, especialmente, mas não só, cultivadas pelo integralismo¹⁰. Em três pequenos textos, Armando Boito aborda a questão do fascismo no governo Bolsonaro. No primeiro – *Neofascismo no Brasil* – discorda das análises de quem afirmam que o fascismo não é repetível.¹¹ No segundo – *O neofascismo já é realidade no Brasil* – mostra traços e práticas em curso, de cunho fascista.¹² Por fim, analisa *As dificuldades da luta popular diante do fascismo*.

E essas dificuldades residem, sobretudo, pelo fato de que as ditaduras militares não organizam setores da classe popular no apoio às teses fascistas e neutralização de outros setores populares. Boito afirma:

É preciso dar o devido destaque à crítica que fazem a Olavo de Carvalho – principal ideólogo do neofascismo – e os seus seguidores ao fato de a ditadura militar não ter assumido o que eles denominam a guerra cultural contra o marxismo. Essa foi, segundo repetem os olavetes, a grande “falha” do regime militar¹³.

Isto nos permite perceber que a estratégia da família Bolsonaro para sancionar em a Lei as teses do *Movimento Escola Sem Partido*¹⁴ tem de ser aprendida no contexto da onda de conservadorismo mundial e da guerra contra o marxismo. A forma aguda que esta guerra contra o que denominam de *marxismo cultural* se apresenta no Brasil, como vimos acima, desde a escravidão, situa-se, naquilo que Raymond Williams denomina de *cultura do vivido*¹⁵. Cultura esta que debita ao comunismo a demolição dos pilares da

¹⁰ Para um aprofundamento sobre a questão de o fascismo, ver: Leandro Konder, 2009. José Carlos Mariátegui (2010).

¹¹ Ver: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro>>. Acesso em 01 de outubro de 2019.

¹² <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil/>> Acesso em: 19 de março de 2019.

¹³ <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/artigo-or-as-dificuldades-da-luta-popular-diante-do-fascismo-por-armando-boito-jr/>>. Acessado em 12.04.2019

¹⁴ Para uma compreensão da gênese do Movimento Escola sem Partido, ver: Frigotto, org, 2017.

¹⁵ A dominação essencial de determinada classe na sociedade mantém-se não somente, ainda que certamente se for necessário, pelo poder, e não apenas, ainda que sempre pela propriedade. Ela se mantém também inevitavelmente pela cultura do vivido: aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, que



sociedade – família, religião, liberdade e propriedade. Esta cruzada assumida no presente pelos Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Educação, da Justiça e das Relações Exteriores. Um movimento que se expressa, por outro lado, nos três fundamentalismos que orientam a pauta do governo Bolsonaro: econômico, o político e o religioso. Fundamentalismos esses que conjugam a estupidez, a insensatez e a insanidade humanas.

O fundamentalismo econômico que expressa o comando do capital no governo para o qual tudo é regido pelo mercado combina as práticas de privatizar tudo, da autoridade e da ideologia da meritocracia. Esta última é uma das teses do Movimento Escola Sem Partido, assumida claramente no discurso e nas políticas educacionais pelo governo Bolsonaro. Mas, também, as teses de que a escola tem que ser conduzida pelo código do consumidor e de que os pais são donos dos filhos se coadunam com este fundamentalismo.

O fundamentalismo político tem como base o debate com os adversários e com o pensamento divergente, mas a sua eliminação. Como traço neofascista, incentiva o ódio. Ódio aos pobres, aos movimentos sociais, culturais e políticos que lutam por direitos. Ódio ao pensamento crítico. Neste fundamentalismo se concentra a luta contra o marxismo cultural e o que denominam ideologia de gênero. As teses da doutrinação ideológica dos alunos pelos professores o incentivo à delação dos docentes por alunos, colegas e pais traduzem uma prática fascista.

Por fim, o fundamentalismo religioso retoma teses da idade média de guerra santa, subordina a ciência, o conhecimento histórico à crença numa cruzada obscurantista. Aqui, as teses do Movimento Escola sem Partido se expressam no moralismo com a acusação de serem os professores arautos da ideologia do gênero e de induzirem os alunos ao sexo livre e incentivo ao “homossexualismo”. Por outra parte, a separação entre ensinar e educar, sendo que o educar pertence à família e a uma determinada forma de família.

é continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos. (WILLIAMS, 2007, p. 14)



A título de conclusão

A partir da breve e esquemática análise efetivada, como interpelação para o debate, destaco alguns aspectos. Um primeiro é de que a apropriação privada cada vez mais concentrada no patrimônio científico e tecnológico revela-se e reveste-se de uma dupla violência

A primeira, incide sobre o aumento da concentração da propriedade e da riqueza, a exclusão crescente de massas de trabalhadores empregados, a super exploração dos empregados e a degradação do proletariado de serviços que se alastra no trabalho ilegal e do crime.

A segunda, violência é o uso das novas tecnologias para manipulação política e controle social. Para Ignacio Ramont, “Os efeitos incontroláveis das novas tecnologias” (*Op, cit. p.114*) representam uma das três ameaças atuais à humanidade¹⁶. As outras duas são: a mudança climática com as consequências derivadas do aquecimento global, crise da água etc., e os deslocamentos migratórios que fogem de guerras, da fome e do desemprego em suas regiões ou países.

Não se trata de negar a ciência e a tecnologia, mas compreender que para cessar a sua função destrutiva implica um movimento catártico nos processos educativos e na formação política que conduzam a entender que elas são um bem comum, assim como a terra, as riquezas minerais, a água e que, portanto, têm de ser geridas pela esfera pública. E isto depende da capacidade social e política de democratizá-las radicalmente.

Sobre este ponto, percebe-se que as políticas ultraconservadoras dos governos de extrema direita caminham numa direção oposta para que a humanidade tenha futuro previsível. Com efeito, na sua análise sobre o futuro do Século XXI, Hobsbawm: “o que temos que buscar é uma outra maneira de distribuir a riqueza produzida por uma quantidade cada vez menor de pessoas, que no futuro pode chegar a ser na verdade ínfima” (*op.cit., p. 98*).

¹⁶ Uma análise filosófica importante sobre os riscos do não controle da tecnologia e sua relação com a política, ver: Gerd Bornheim, 2015.



As formas encontradas, até o presente, de garantir renda por meio do emprego ou uma transferência de renda para quem estava fora, para este historiador já não funcionam exatamente porque há cada vez menos necessidade de pessoas diretamente atuando no processo produtivo. E o que fazem as políticas ultraconservadoras? Promovem políticas de retiradas de direitos dos que estão no mercado formal de trabalho, cujo início na América Latina se deu no Chile, na ditadura Pinochet, com a reforma da previdência, regime de capitalização, privatização do ensino e reforma trabalhista.

E o Brasil acaba de aprovar um conjunto de contrarreformas, sendo a última da previdência, e uma emenda constitucional que congela, por vinte anos, o investimento na esfera pública. Justamente no momento histórico que a insurreição popular no Chile faz os governantes rever estas reformas, a começar com a da previdência. Quem será o governante do Brasil, que no futuro enfrentará a insurreição popular combatida pelo presidente atual do Chile, Sebastián Piñera?

Para Hobsbawm,

“não se trata de aumentar a produção, pois isso já conseguimos resolver de modo satisfatório. A verdadeira dificuldade está na forma de se distribuir a riqueza. (...) Não estou dizendo que cabe ao Estado, em sua forma atual, realizar a distribuição, mas que esta precisa ser garantida por algum tipo de autoridade pública” (op.cit.,p.98-99).

A retomada dos bens comuns da humanidade na esfera pública, portanto, no âmbito dos direitos universais e o controle do fundo público assumem centralidade na atual luta política, no âmbito mundial enacional.

Neste particular, no campo da produção agrícola para enfrentar as três crises acima mencionadas por Ramonet, a direção não é de destruir, mas de incentivar a apoiar massivamente as experiências dos povos originários e das experiências cooperativas e de produção com base na ciência agroecológica dos movimentos sociais do campo, mormente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No setor industrial e de serviços, trata-se da luta política para taxaço dos lucros e de revertê-los no desenvolvimento de novas formas solidárias e coletivas de trabalho em curso. Isto não é certamente o socialismo, mas os germens que se desenvolvem na luta com a velha relação dominante sob o capitalismo.

O segundo aspecto está ligado aos limites, não necessariamente do esgotamento, das teses e estratégias políticas das forças de esquerda para o



enfrentamento do avanço do conservadorismo da direita e extrema direita em nosso país. Dois temas caros para um dos autores-referência em nossas análises, Antônio Gramsci, não mereceram certamente, por parte da esquerda, a atenção adequada: a questão da religião e dos militares. Trata-se de temas centrais que se unem, hoje no Brasil, sustentando os fundamentalismos de extrema direita.

Dos possíveis limites da esquerda, num plano mais geral, trago duas observações finais e relacionadas que me interpelam como intelectual de esquerda: a primeira incide no plano formativo com base no referencial teórico que nos orienta – o materialismo histórico. Os referenciais teóricos entram em crise quando as categorias com as quais operam não apreendem as mudanças abruptas da materialidade histórica. Aqui, talvez, em relação a nossas pesquisas, dissertações e teses, valeria pensar na interpelação incisiva que Florestan Fernandes nos faz na introdução da coletânea por ele organizada – *Marx Engels: história*.

Infelizmente, os intelectuais – mais precisamente os acadêmicos – marxistas perderam muito tempo em repetições de uma sistematização do marxismo que é estéril para enriquecimento daquela obra científica. Misturando os papéis acadêmicos com as tarefas de intelectuais de partido, deixaram à margem o que era essencial para a ciência: encetar e multiplicar as investigações originais que usam menos palavras como “marxismo”, materialismo dialético, contradição, etc. (ou certas palavras rebarbativas que não se encontram em Marx), e revelassem mais o verdadeiro espírito da análise e da explicação causal subjacente a *O Capital*. (FERNANDES, 1983, p.13-14)

No campo da ação política, isto que Florestan aponta pode nos levar a infindáveis discussões que ficam no campo abstrato, dificultando agendas comuns no plano da ação política, sem que seja necessário anular as divergências teóricas. Pelo contrário, mantê-las como mútua e solidária interpelação, pois a parteira da verdade é a história. E esta se dá no terreno contraditório e sempre aberto da ação prática. Quem nos interpela, também de forma incisiva, neste particular, são Marx e Engels:

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis é uma questão puramente *escolástica* (Marx e Engels, 1986, p.12).



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA:
ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

Mas é no legado de Marx que encontramos base para não cairmos no pessimismo imobilista ou na idealização do “dever ser” quando no prefácio de 1859 de *Para a Crítica da Economia Política* nos aponta:

Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução¹⁷.

As bases teóricas do materialismo histórico podem nos levar a perceber estas premissas, mas para dar-lhes consequência a exigência é de criação de uma vontade coletiva pautada pela ética materialista no plano político da práxis. Os críticos do marxismo cultural, no plano mundial e no plano local, em verdade estão na defensiva. Isso revela que o socialismo continua na agenda, pois como lembra Hobsbawm, “os seres humanos não foram feitos para viver sob o capitalismo”(Op.cit.136). Tratemos, então, de não nos afastar do “marxismo cultural”, na teoria e na prática.

¹⁷ MARX, Karl. Prefácio de Janeiro de 1859. *Para a crítica da economia política*. Retirado em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>>. Acesso: em 16 de outubro de 2019.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, Elmar. Mudanças tecnológicas e seu impacto sobre o trabalho etrabalhador. In: A crise econômica internacional e o desenvolvimento sustentável no Brasil e América Latina. Rio de Janeiro. Aula/conferência gravada em DVD. 2012.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, São Paulo: Boitempo, 2019.

BARATA-MOURA, José. *Materialismo e subjetividade – Estudos em torno de Marx*. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda. Raízes de uma distinção política*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BORGHEIM, Gerd. Tecnologia e política. In: *Temas de filosofia*. Gaspar Paz (org.) São Paulo: EdUSP, 2015, p.213-232.

BUARQUE de HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Coleção Documentos Brasileiros I. São Paulo: Editora José Olympio, 1956.

CHOMSKY, Noam. “Los dilemas de la dominación”. In: BORON, Atilio (comp.) *Nueva hegemonía mundial. Alternativas de cambio y movimientos sociales*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. *Brasil: A dialética da dissimulação*. Cadernos IHU ideias (on-line). Novo Hamburgo/RS. Instituto Humanitas Unisinos, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estado Brasileiro: Gênese, crise, alternativas*. In: LIMA, Júlio Cesar França e NEVE, Lúcia Maria Wanderlei. *Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014, 4ª reimpressão.

CRUZ, Natalia dos Reis (org.). *Ideias e práticas fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012.

DA SILVA, Juremir Machado. *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

_____. *Marx/Engels: História*. São Paulo: Editora Ática, 1983.



FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *17 contradições do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2018

HOBBSAWM, Eric. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Era dos extremos: o breve Século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *O novo século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Política extrema. Caderno Mais, **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4-6, 18 abr. 2010.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

KORYBKO, Andrew. *Guerrashíbridas: das guerras coloridas aos golpes*. São Paulo, Expressão popular, 2019.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1986.

LEFEBVRE, Henri. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1966.

LÖWY, Michel. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Actuel Marx, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito em Hegel – Introdução*. In: MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito em Hegel*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A sagrada Família*. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital*. Campinas: Boitempo, 2002.

MUSIL, Robert. *O homem sem qualidades*. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PARIS, Carlos. *O animal cultural*. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

PEKETTY, Thomas. *O Capital do Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.